ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL

MARIA BETÂNIA DE SOUZA MENDONÇA

RESUMO:

Vivemos um período, mundialmente, em que se fala em inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais. A legislação atual define a obrigatoriedade nesse atendimento de todos os alunos, seja qual for sua necessidade ou diferença. Entretanto, só esse acolhimento não é suficiente, pois não garante efetivamente a aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades dentro dos primeiros anos do Ensino Fundamental. É primordial que o professor entenda que não basta só cuidar, mas sim inclui-las nas atividades diárias e garantir aprendizagem efetiva. Para refletirmos sobre a aprendizagem busca-se no presente artigo discutir o processo de inclusão com foco no ciclo de alfabetização. Além da reflexão de inclusão, um breve caminho histórico e a legislação de amparo aos portadores de necessidades especiais. Apresentam-se documentos oficiais sobre a relação entre cuidar e educar e a proposta de educação inclusiva. Sabe-se que educação inclusiva é um dos novos desafios impostos em fase das novas demandas que a escola enfrenta, no contexto de uma sociedade que se democratiza e se transforma. A alfabetização hoje está no centro de atenções mundiais, e existe um pacto de alfabetização na idade certa, e por esse motivo a construção da escola inclusiva implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos, voltados para a possibilidade de acesso, permanência das crianças na escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inclusão, Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Trazendo este tema tenho o objetivo de ampliar e conseguir reflexões sobre a inclusão de fato, e como a aprendizagem ocorre para os alunos com deficiências especiais que estão nos anos do ensino fundamental. Desmistificar como o currículo pode ser adaptado para estas crianças especiais. Justifico, pois sobre a importância da educação inclusiva para a formação e desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais.

A inclusão é um tema sempre debatido em todas as unidades escolares. Muitos ainda não conseguem realizar esse trabalho nas condições atuais das escolas, mas existe legislação que garante a inclusão de crianças especiais em todos os níveis de ensino. Quando falamos dos processos de alfabetização isso se torna mais complicado ainda, porém alguns docentes vêm se mostrando mais flexíveis e acolhedores para as crianças com necessidades especiais.

1. PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMETAL

Dentro do cenário educacional está explicita a política de inclusão, que abrange a fundamental busca do homem pela liberdade, tanto no plano individual, quanto pela igualdade de direitos e oportunidades, e também no espaço social, que justifica a construção da sua identidade pessoal e social. A importância do acesso à educação não pode ser ignorada ou diminuída, e sim ocorrer discussão e entendimento das políticas sociais públicas para as pessoas com necessidades especiais de atendimento.

Mais do que descrever sobre a qualidade do ensino e dos objetivos da escola, devemos pensar no caráter ético-político dessa qualidade, pensando na dimensão social desses objetivos. Sendo assim, como incluir todos os portadores de necessidade especial de forma que garantam além do acesso a aprendizagem?

Pensando sobre a política educacional, podemos perceber que ela é somente uma das áreas das políticas sociais construídas segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Diferencialmente, contempla igualmente as pessoas de todas as classes sociais, porém não se pode esquecer que a política educacional é base para a democracia social, e a igualdade de oportunidades, cuja concretização demanda referência a situações específicas e historicamente determinadas.

Devemos pensar na escola como formadora das qualidades políticas e sociais das pessoas com necessidades especiais, percebendo que a transformação social se constrói pela própria prática social, pois a escola não é exclusiva a oferecer esses valores, conhecimentos e desenvolvedora de capacidades e habilidades. A verdadeira inclusão é pela participação ativa dos cidadãos na vida pública da sociedade em que está inserido, sendo primordial que que cada um se considere como criador de novos direitos.

Para isso ocorrer, precisa-se que a educação inclusiva se preocupe em adotar e preparar essas capacidades que de fato sejam ativas, levando essa compreensão da educação para a democracia, colocando-os nas diferentes áreas do conhecimento como parte de sua formação intelectual, pois quem não tem acesso a essas diversas expressões da cultura, literaturas, artes em geral, podem ser considerados excluídos. Para o MEC

(2006):

A educação inclusiva, é uma construção coletiva, requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, contemplando em seu projeto político-pedagógico ações integradas intersetoriais de saúde e seguridade social que atendam às necessidades de desenvolvimento e aprendizagem de todos. A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico composto de diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A escola, a sala de aula e as estratégias de ensino devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender (MEC, 2006).

Sendo assim, como inserir os portadores de Necessidades Especiais no ambiente escolar? Essa pergunta está sendo discutida dentro de todas as escolas. Uma possibilidade é criar currículo que insira todos o tempo todo. Considerando que os primeiros anos é o início da alfabetização, pensar no acolhimento das crianças com necessidades especiais nesta fase se faz necessário e emergencial.

A resolução n° 04/2009 do CNE a prever o atendimento das especificidades educacionais das crianças com deficiência em seus planejamentos e em seus projetos pedagógicos devem constar atividades próprias de forma a favorecer a interação entre as crianças com e sem deficiência nos diferentes ambientes proporcionando a plena participação de todos.

A escola é o reflexo da vida do lado de fora e todos sabemos como fazer com a aprendizagem significativa para os portadores de necessidades especiais?

Pensando na inclusão, garante-se que o grande ganho, para todos é que quando se convive em situações de inclusão escolar, vivenciam a experiência da diferença. Se não houver oportunidades de passar por isso na infância, mais tarde terá maiores dificuldades de vencer os preconceitos.

Uma escola que se faz inclusiva, deve ter suas práticas pedagógicas revistas no âmbito da inclusão, para que os alunos tenham liberdade para aprender da sua maneira e condição. Um bom projeto pedagógico, que amplie a discussão sobre inclusão, e que possa entender que inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptado, pois a adaptação também tem que ser curricular, com atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma complementar ou suplementar a inclusão das crianças com necessidades especiais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares para a educação inclusiva (1998), o Currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização do mesmo, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades.

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante (PCNs, 1998, p. 32).

São objetivos principais da educação especial, proporcionar ao portador de deficiência a promoção de suas capacidades, envolvendo o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, assim como o desenvolvimento biopsicossocial, proporcionando maior autonomia as crianças de 0 a 5 anos, portadora de necessidades especiais.

De acordo com a lei n° 13.005/2014,

A articulação entre as áreas da educação infantil e da educação especial é condição indispensável para assegurar o atendimento das especificidades das crianças com deficiência nas escolas. (BRASIL.2014)

Esta proposta de inserir a todos com equidade carregam muitas dimensões de inovação, afinal não há respostas prontas para o desafio colocado, mas sim de ação em processos, de exercícios, de construção de um saber sobre como incluir as crianças e garantir o direito de um ensino de qualidade.

Nesse contexto educativo, na educação infantil todas as ações educativas, ou seja, todas as experiências vivenciadas são direcionadas por intermédio das brincadeiras, inserir um cadeirante, um TEA (Transtorno do Espectro Autista), um síndrome de Down nessas experiências torna-se o grande desafio do professor. Porém se pensarmos toda criança brinca e participa. Como então inclui-las nas brincadeiras? Como proporcionar a todos experiências sobre previstas nas orientações curriculares?

Para que isto ocorra efetivamente o planejamento das atividades devem ser pensadas para que todas as crianças participem. A transformação das salas de aulas em salas de aulas inclusivas inicia-se, portanto, pela garantia de pleno acesso às crianças com necessidades especiais no cotidiano escolar, com a efetivação das medidas necessárias à inclusão real.

2. ALUNOS COM TEA E ALFABETIZAÇÃO

2.1 - AUTISMO

Desde 2013, a classificação

do autismo mudou. Antes dividido em cinco categorias, como síndrome de Asperger e outras, hoje os diagnósticos são feitos através de graus de funcionalidade. O espectro agrupa quadro mais leve, ou alta funcionalidade, com inteligência acima da média, e existem casos em que há retardo mental, a baixa funcionalidade (ABRA). A dificuldade de domínio da linguagem hoje não está valorizada. Atualmente, os traços de distinção incluem inabilidade para interagir socialmente e comportamento restritivo e repetitivo, alterações propostas pela DSM-5.

O critério atual se baseia na funcionalidade — a capacidade de realizar atividades simples e desenvolver o intelecto

- Baixa funcionalidade: mal interagem. Em geral, vivem repetindo movimentos e apresentam retardo mental o que exige tratamento pela vida toda.
- Média funcionalidade: são os autistas clássicos. Têm dificuldade de se comunicar, não olham nos olhos dos outros e repetem comportamentos.
- Alta funcionalidade: também chamados de aspies, têm os mesmos prejuízos, mas em grau leve. Conseguem estudar, trabalhar, formar família.
- Síndrome de savant: cerca de 10% pertencem a essa categoria, marcada por déficits psicológicos, só que detentores de uma memória extraordinária.

2.2. O AUTISMO E APRENDIZAGEM

Hoje se tem conhecimento sobre trabalho realizado na clínica de estimulação precoce no autismo, onde, por meio de intervenções psicanalíticas com a mãe e a criança, auxilia-se a realização do circuito entre mãe e filho, podendo melhorar a qualidade de vida de uma criança com autismo. Após estudos, mostraram que a neuroplasticidade, epigenética e a incidência dos acontecimentos psíquicos precoces sobre os processos maturativos não obedece apenas aos mecanismos biológicos predeterminados. Existe uma dupla incidência que considera, por um lado, o ritmo de maturação neurológica marcado pela genética e, por outro, o processo de estruturação do sujeito psíquico que envolve as influências do meio familiar e cultural (Jerusalinsky, 2015).

No caminho da evolução do autismo, acredito que ainda pode haver um debate produtivo entre as áreas de educação e aprendizagem. Buscar a integração dos conhecimentos para uma maior evolução de saberes, uma vez que o entendimento integrado das questões orgânicas e subjetivas relacionadas ao autismo só tem a contribuir com as práticas pedagógicas e pesquisas relacionadas.

Tendo em vista estas situações, pergunto-me: como compreender as relações entre os processos de estruturação psíquica e os aspectos de ordem orgânica na etiologia do autismo?

Escolher a educação e trabalhar com o autismo aliando as óticas das aprendizagens, investigando as relações entre os diversos aspectos dessa patologia enquanto condição de um sujeito único. Assim os professores devem tratar a demanda da criança considerando sua subjetividade quanto as questões fisiológicas, respeitando o tempo de cada um para que haja evolução, e se atentar as regressões também.

2.3 O AUTISMO E A ESCOLA

Diversas vezes a criança chega para uma avaliação encaminhada pela escola. Quando esta criança destoa dos demais em suas relações sociais, os professores encaminham a criança para uma avaliação psicológica. Os encaminhamentos dos professores aparecem devido ao comportamento causando conflitos. Sempre tem um relato de uma linguagem monótona, repetitiva e de uma pobre narrativa. Ao questionarem a criança as respostas são de natureza com uma lacônica. Exibem também a leitura mecânica, compreensão pobre e um entendimento literal, além disso, desorganizam-se com as mudanças na rotina. Preferem ficar isolados e com as mesmas atividades.

2.4 ACOLHIMENTO DO AUTISTA NA ESCOLA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Muitos psiquiatras e psicólogos dão o diagnóstico que a criança é autista, justificado pelas características clínicas que envolvem defícits nas áreas de comunicação e engajamento social, além dos interesses restritos e comportamentos repetitivos. O que é descrito são algumas das formas que pais e professores descobrem que a criança tem o Autismo. As particularidades que envolvem cada caso geram um desafio para as escolas, pois os cursos de graduação em pedagogia não dão formação especifica para a inclusão.

No entanto é dever das escolas estarem preparadas para receber os autistas. Desde 2014, com a regulamentação da Lei Berenice Piana (nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), pessoas com TEA são consideradas com uma deficiência e, portanto, têm direito a inclusão e proteção. Passado este momento vêm as dificuldades e conquistas para que a criança tenha uma boa qualidade de vida.

NOTBOHM (2005) chama a atenção para o auxílio necessário e fundamental nas interações sociais. Estruturar e definir o começo e o fim das atividades pedagógicas pode contribuir para a participação da criança, uma vez que expressões faciais, emoções

e linguagem corporal são em sua maioria, mais complicadas para a criança entender. Ressalta-se que a aprendizagem ganhos para que esta adaptação e aprendizagem sejam pontuais e eficazes. Primeiro conhecer o diagnóstico e segundo realizar adaptações curriculares e parcerias para que o desenvolvimento.

A escola pode contribuir para um desenvolvimento mais amplo. Apesar das dificuldades iniciais a aprendizagem sinaliza que quanto mais estímulos melhor desenvolvimento o autista terá. A chamada "neuroplasticidade" pode ser definida como a capacidade que o cérebro possui de se reorganizar, de modificar sua estrutura em resposta aos estímulos que recebe do meio ambiente externo. Esse processo possibilita a evolução neuronal, ou seja, o desempenho dos neurônios responsáveis por atuar em atividades como linguagem, motoras e sociais. Isso quer dizer que o cérebro humano pode ser considerado altamente plástico.

Para ativar esse potencial neuroplástico, é importante empreender ações de aprendizagem que estimulem os neurônios de maneira a contribuir com a melhora nos processos de reabilitação e otimização de resultados funcionais do cérebro de quem está no espectro. Os estímulos precoces são considerados fundamentais para quem é autista. Quanto mais cedo são introduzidas novas práticas pedagógicas e rotinas capazes de estimular o funcionamento do cérebro, mais cedo os neurônios são treinados a superar as limitações decorrentes do distúrbio.

3. ALFABETIZAÇÃO NO AUTISMO

As crianças autistas têm dificuldade em aprender de forma normal, pois como vimos sua plasticidade cerebral não é como uma criança normal. Seu sistema cognitivo simplesmente não processa informações da mesma forma que as outras crianças fazem. Eles são conectados de maneira diferente e podem precisar de apoio extra em áreas específicas, como:

Compreensão– sentem dificuldades na compreensão, organização e planejamento da linguagem. Pode ser um desafio entender o que está acontecendo em uma história.

Atenção– em alguns momentos, sentem dificuldades em manter o foco e a atenção na história. E às vezes, crianças com autismo podem sentir dificuldade em compreender a história geral.

Perspectiva– a pessoa com TEA pode ter dificuldade em entender como funcionam os pensamentos e sentimentos dos outros. E não entender a motivação dos personagens nos livros, por exemplo.

Essas maneiras de aprendizagem podem ser realizadas não só com as crianças que tem TEA técnicas específicas que ajudam nesse processo de aprendizagem. Entre elas, está a metodologia fônica, ou seja, primeiro ensina-se os sons de cada letra até chegar à pronúncia da palavra que permite que a pessoa consiga ler. Destacar o som das letras pode tornar o processo de alfabetização mais simples e efetivo.

É possível também usar a parte visual para que o estudante com TEA veja a formação das letras e em seguida de palavras. Há muitas habilidades iniciais de alfabetização que são essenciais para as crianças desenvolverem a leitura e a escrita. Entre elas destacam-se a conversa (habilidade de falar e compreender o que se fala); conhecer uma variedade de palavras; compreender histórias; entender que as palavras podem ser divididas em sílabas e sons e saber que as letras produzem sons. Para conseguir ler e escrever, a criança com TEA precisa conhecer o maior número de palavras possível para facilitar a aprendizagem. Também necessita compreender histórias, e entender que as letras compõem as palavras e que é lido da esquerda para a direita. Além disso, precisam compreender que as palavras podem ser divididas em sílabas e sons menores e que as letras correspondem a certos sons.

A escola deve promover habilidades de alfabetização. Se possível, inclua na rotina algumas atividades que estimulem a leitura e a escrita e pode ajudar nesse processo. Algumas dicas para facilitar a alfabetização:

– escrever o nome dos colegas da classe em etiquetas e usar na hora das refeições;

– deixar disponível papel, lápis e giz de cera para que a criança possa rabiscar ou escrever quando quiser;

– mostrar textos que fazem parte do dia a dia e estimular a compreensão, como os que estão em revistas, gibis, caixas de brinquedo, embalagens, cartões de aniversário;

–muitas crianças gostam de ler livros ou revistas relacionadas a seus interesses especiais, como livros sobre dinossauros, revistas de automóveis ou de super-heróis. Eles não devem ser desencorajados a ler esse material, pois os motivam a interagir com as palavras.

3.1 INTERMEDIAÇÃO NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM AUTISMO

Algumas crianças, apesar de autistas, apresentam inteligência e fala intactas, outras apresentam problemas no desenvolvimento da linguagem. Alguns parecem fechados e distantes, outros presos a rígidos e restritos padrões de comportamento. Atualmente já há a possibilidade de detectar a síndrome antes dos dois anos de idade em muitos casos. Acredita-se que pessoas autistas vivem em seu mundo próprio, interagindo com o

ambiente que criam; isto não é verdade. Se uma criança autista fica isolada em seu canto observando as outras crianças brincarem, não é porque ela está desinteressada nessas brincadeiras ou porque vive em seu mundo. Pode ser que essa criança tenha dificuldade de iniciar, manter e terminar adequadamente uma conversa.

Quando falamos de uma pessoa autista geralmente se pensa em uma pessoa que sabe poucas palavras (ou até mesmo que não sabe alguma). Problemas na inteligência geral ou no desenvolvimento de linguagem podem realmente estar presentes. É difícil definir se a pessoa tem um déficit intelectivo se ela nunca teve oportunidades de interagir com outras pessoas ou com o ambiente. Na verdade, alguns indivíduos com autismo possuem inteligência acima da média. Então é necessário para que estas crianças aprendam. Alguns alunos com autismo apresentam dificuldades em diversos momentos, como coordenação motora e de atenção, hiperatividade, dislexia, e dispraxia e, às vezes, problemas de saúde física.

No contexto escolar percebe-se que as inclusões destes alunos necessitam de um planejamento de práticas pedagógicas direcionadas ao seu desenvolvimento, segundo (BOSA , 2006) essas crianças podem despertar sentimentos de frustações e no professor pelas dificuldades de comunicação, resistência a novidade e desafios. Por exemplo, sem a mediação do professor em situações novas como jogos e brincadeiras podem causar estresse e sobrecarrega- las. Quando se tem uma criança com TEA na classe o professor deve estar atento a todo movimento, o autista tem dificuldades para aceitar o novo, muitas vezes o professor não está preparado para receber este aluno

Quando o professor entende que o aprendiz sempre sabe alguma coisa e pode usar esse conhecimento para continuar aprendendo ele pode identificar que informação é necessária para que o conhecimento do aluno avance. Essa percepção permite ao professor compreender que a intuição não é mais suficiente para guiar a sua prática e que ele precisa de um conhecimento que é produzido no território da ciência.

É notório que alguns professores sintam-se perdidos ao tentar comunicar e ensinar o conteúdo à essas crianças. Pensar num currículo que integre as crianças com TEA numa unidade de educação Infantil comprometida com sua integralidade exige estudo e compreensão da vida dessas crianças, das suas condições de existência e de oferecer uma infância plena na escola. As práticas educativas precisam ser integradas e passarem por adaptações.

3.2 REPETIÇÃO E ANTECIPAÇÃO

Uma boa prática é trabalhar com projetos, pois propiciam um currículo integrador onde as adaptações podem realizadas com as crianças que possuem TEA. Os projetos também favorecem a interação entre os parceiros o que facilitava a construção e transformações de significados no desenvolvimento das crianças. Quando se trata de crianças com necessidades especiais, as questões relacionadas à interação social se tornam ainda mais importantes, já que, por possuírem algumas limitações, por exemplo, quanto às possibilidades de locomoção e exploração de objetos, são frequentemente consideradas incapazes de participar e contribuir nas atividades em grupo. Trazê-la à participação pode ser uma forma de incentivá-las a aprender. Antecipar as ações também é uma estratégia, mostrar o que irão fazer de forma simples e direta facilita a continuidade da rotina. Quando o professor insere a criança no contexto e prepara atividades que esta irá realizar está mediando uma aprendizagem que terá sucesso e não causará frustações. Quando se negocia com o autista, se antecipa pistas do que a criança irá realizar possibilita à criança compreender o que será feito.

Repetir a comanda sempre olhando para a criança. E repetir novamente quantas vezes for necessário. O uso constante da repetição da instrução, no autismo, torna-se necessário devido ao comprometimento da linguagem, que prejudica o entendimento de sequências complexas e da dificuldade para lidar com mudanças. As relações entre pares têm destacado o papel da criança na interação social como um elemento importante a ser considerado no processo de construção, desenvolvimento e transformação do indivíduo, da cultura e da sociedade. Sendo assim, se pensarmos que mesmo o autista tendo de dificuldades de se relacionar, professores devem procurar inseri-lo aos projetos e ao grupo. Uma das formas de proporcionar esta interação seria trabalhar a repetição e antecipação.

Agindo assim percebe-se como é importante a mediação da professora de acordo com Vygotsky (1974/1997), as dificuldades reais das crianças com necessidades especiais não estão diretamente relacionadas a seus problemas orgânicos, mas se devem aos modos de interpretação social desses problemas. Deve-se, então, considerar as oportunidades reduzidas de contato com objetos da sua cultura e de estabelecimento de relações sociais com parceiros como fatores que podem dificultar o desenvolvimento dessas crianças. Nesse sentido, o favorecimento da interação entre parceiros pode contribuir para os processos de construção e transformação de significados, no desenvolvimento da criança com necessidades especiais.

Observa-se que as intervenções pedagógicas desenvolvidas e a observação dos professores podem destacar que as ações planejadas beneficiam o processo de apren-

dizagem do aluno incluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trouxe-se o tema autismo e alfabetização porque contribui para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças na escola, mostrando que se o professor for mediador das aprendizagens e utilizar estratégias pedagógicas especifica as crianças com TEA também se alfabetizarão. Para que a alfabetização aconteça é preciso criar mecanismo para utilizar, para isso é preciso ter definidos os objetivos e saber escolher quais são as atividades mais adequadas às necessidades das crianças para que seu desenvolvimento aconteça.

A discussão sobre a inclusão de autistas nos primeiros anos do Ensino Fundamental ultrapassa o âmbito da educação especial, pois ao pensar uma escola para todos questiona-se a própria constituição das interações nesse espaço e nas relações da sociedade como um todo. Reforça-se a ideia de que, a inclusão depende da lógica das relações, em que os referentes são múltiplos e simultâneos, ao contrário da lógica de classes em que o referencial para o pertencimento é único e externo. Embora para o conhecimento, diferenças e semelhanças sejam, igualmente, fundamentais, o desafio está em relacioná-las de um modo diverso, reconhecendo as semelhanças sem apagar as diferenças, mas colocando-se em relação a elas, aprendendo com elas. VASQUES (2003).

É preciso oportunizar que todas as crianças participem da experiência que incentivem a alfabetização e, se preciso for, mudar a rotina, de modo a propiciar a participação e inclusão de todos. Os professores têm a tarefa de fazer tentativas e gradativamente ir oferecendo experiências que as crianças com autismo gostem e possibilitar que elas possam escolher vivências encorajadas sempre pelo grupo, que as outras crianças convidem para participar das atividades planejadas pelo professor.

O olhar atento do professor é fundamental no acompanhamento da alfabetização para que ocorram interações, mesmo que ainda não interfira, a não ser quando solicitada ou para ampliar e desafiar seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, C. Autismo é o preço da inteligência, diz descobridor da estrutura do DNA. Folha de S. Paulo, Ciência, 03/06/2009. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2009/06/575851-autismo-e-o-preco-da-inteligencia-diz-descobridor-da-estrutura-do-dna.shtml> Acesso em: 15 abr. 2020.

BASILIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão. 2014. Disponível em:< http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/> Acesso em: 15 abr. 2020

BOTTGER, A.R.S.; LOURENÇO, A.C.; CAPELLINI, V.L.M.F. O professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo. Revista de Educação Especial, v.26, n.46, maio/ago., 2013. Disponível em:< https://periodicos. ufsm. br/educacaoespecial/article/view/5833/pdf> Acesso em:10 fev. 2020.

CRUZ, T. Autismo e inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

DURANTE, J.C. Autismo: uma questão de identidade ou diferença? Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas e desafios na contemporaneidade Disponível em:< http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/DURANTE_JULIANA_CAU.pdf> Acesso em: 13 fev.. 2019.

GORETTI, Amanda Cabral dos Santos; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de e LEGNANI, Viviane Neves. A relação mãe-bebê na estimulação precoce: um olhar psicanalítico. 2014.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. Rev.Bras. Psiquiatria. n.28 (supl.I), p.3-11, 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf> Acesso em: 13 fev. 2020.

MANTOAN, M.T. Inclusão social: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: histórias e politicas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.